



ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Cáceres/MT, 26 e 27 de agosto de 2015.

01 Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às oito horas, no
02 Auditório “Bloco B”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont, nº 1.095,
03 Bairro DNER, em Cáceres-MT, foi realizada a 2ª Sessão Ordinária de dois mil e
04 quinze do Conselho Universitário, da Universidade do Estado de Mato Grosso –
05 UNEMAT, sob a presidência da Professora Ana Maria Di Renzo, presidente do
06 CONSUNI, e secretariada por mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-se presentes
07 os conselheiros: Ivan Cleiton de Oliveira Silva, Vinícius Augusto Morais, Gislaine
08 Aparecida de Carvalho, Milton Chicalé Correia, Luiz Carlos Pascuali, Eveline
09 Nunes Costa, Adailton Alves da Silva, Luiz Jorge Brasilino da Silva, Solange
10 Kimie Ikeda Castrillon, Marcos Francisco Borges, Alcione Lescano de Souza
11 Junior, Dilma Lourença da Costa, Tales Nereu Borgoni, Alfredo Zenen
12 Domínguez González, Agilson Poquiviqui, Luiz Antonio Barbosa Soares, Evaldo
13 Ferreira, Marcia Helena Vargas Marfrinato, Ricardo Keichi Umetsu, Eurico Lucas
14 de Souza Neto, Heitor Marcos Kirsch, Marlon Machado Cunha, Adil Antonio
15 Alves de Oliveira, Anderson Fernandes de Miranda, Marinez Cargnin Stieler,
16 Cleci Grzebieluckas, Dirceu da Rosa Martins, Marcelo Berigo, Gabriel Schardong
17 Ferrão, Welton Neves Vilela, Claudeir Dias, Claudinei da Silva Lara, Jeferson
18 Odair Diel, Paulo Roberto Pimenta, Fabiana Leite de Souza, Thiago Fernando
19 dos Santos, e, Thiarles Diego dos Santos. Os conselheiros Luzia Aparecida
20 Oliva dos Santos, Vitor Hugo Barbosa Inocêncio, Gildete Evangelista e
21 Alexandro Cesar Faleiro tiveram suas ausências injustificadas por
22 descumprimento do art. 12 do Regimento do CONSUNI. Os conselheiros Valdir
23 da Silva, Rogério Dias Dalla Riva, Daniel Bretas Fernandes não se fizeram
24 presentes e nem encaminharam justificativa. O Conselheiro Reinaldo Norberto
25 da Silva compareceu somente no dia vinte e sete de agosto de dois mil e quinze.
26 Após verificação de *quorum*, inicia-se a sessão, regida em conformidade com a
27 Resolução nº 017/2012 – CONSUNI. A presidente cumprimenta a todos,
28 agradece a presença e informa sobre a alteração desta segunda sessão a qual
29 foi adiada de julho para esta data. Esclarece quanto à nova organização da
30 cerimônia de Colação de Grau, acreditando que este formato tenha dado bons



01 resultados. Informa que algumas obras foram retomadas e disparadas para que
02 até o final do ano possam ser concluídas, obras estas tão relevantes para a
03 infraestrutura dos *campi*. Passa a palavra ao Vice-Reitor para a apresentação da
04 planilha de execução orçamentária e financeira do ano de 2014, demonstrando
05 os valores a partir de cada grupo e elemento de despesa de toda a universidade.
06 O professor Milton Chicalé parabeniza a gestão da universidade pela aprovação
07 unânime das contas do exercício de 2014 pelo Tribunal de Contas; acrescenta
08 que é motivo de orgulho este fato, pois significa que esta realidade está
09 mudando dentro da instituição. O vice-reitor esclarece que a cada ano vem
10 sendo reduzidos os apontamentos e, neste ano, foram apenas três
11 apontamentos. Passa-se à apresentação da execução orçamentária e financeira
12 parcial até julho de 2015, também por grupo e elemento de despesas. O
13 professor Alcione Lescano pede esclarecimentos quanto aos valores referentes
14 ao auxílio financeiro a pesquisadores; o vice-reitor esclarece o questionamento e
15 informa que é possível verificar os beneficiários a partir de relatório do Sistema
16 FIPLAN; esclarece os valores de equipamentos e material permanente,
17 explicando que também se tem detalhado esses valores. A conselheira Cleci
18 sugere que seja realizado um estudo horizontal e vertical para ajudar a maior
19 compreensão dos números e da evolução das despesas, propondo como
20 sugestão para os próximos anos. O vice-reitor esclarece que para o ano de 2015
21 foram feitos alguns ajustes com cortes como nas terceirizadas, auxílios
22 estudantis e outros. O Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação esclarece que o
23 valor voltado para auxílio pesquisador trata-se de tradução para publicação de
24 artigos em revistas *qualis* A até B₂ e o valor é de mil reais. A conselheira
25 Solange Ikeda reforça quanto ao planejamento orçamentário e financeiro e
26 questiona se já se tem uma projeção de onde serão realizados os cortes para
27 adequar o financeiro da Unemat. O vice-reitor esclarece que juntamente com o
28 Pró-reitor de Finanças já fizeram este estudo e estão sendo implementados
29 cortes como já pronunciado em bolsas, terceirizadas e outras; diz ainda que
30 neste ano ainda não será possível uma projeção de investimento. A presidente
31 esclarece que para a próxima sessão já está sendo apresentada a projeção para
32 o ano de 2016 e que o governo está pensando um planejamento para que não



01 haja esta divergência de valores. O conselheiro Luiz Jorge pede esclarecimento
02 quanto aos valores referentes a subvenções sociais e afirma que, quanto a
03 material de consumo, os valores são bem divergentes entre 2014 e 2015. O
04 vice-reitor esclarece que estes valores de consumo são altíssimos, com os
05 gastos com material de limpeza e combustível. O Pró-reitor de Finanças explica
06 que subvenções sociais representam os convênios firmados com a fundação
07 FAESPE, referente à contrapartida da UNEMAT das turmas fora de sede. O
08 conselheiro Thiago acrescenta que não tinha conhecimento quanto à
09 contrapartida de 30% da UNEMAT para as turmas fora de sede. O vice-reitor
10 explica que nem sempre os convênios são firmados prevendo esta contrapartida;
11 às vezes, são realizados com 100% dos recursos das prefeituras. O Pró-reitor de
12 pesquisa e pós-graduação esclarece quanto ao corte financeiro do PROAG,
13 tendo sido reduzidos significativamente os repasses da CAPES em torno de
14 25% do valor pactuado. A Pró-reitora de Graduação esclarece quanto aos cortes
15 do PIBID, que algumas bolsas foram suprimidas e que está em conversa com a
16 CAPES para aprovação de valores aos acadêmicos que irão cursar fora do país
17 a graduação. Existe uma grande chance de extinção do programa PINAF e o
18 PARFor também sofrerá cortes, sendo apenas garantidos os recursos para a
19 Formação Indígena. Esclarece que deverá ter cortes na instituição e que estes
20 devem ser feitos com responsabilidade, dentro das necessidades. Esclarece que
21 haverá encontro com os gestores logo mais a seguir e que alguns profissionais
22 não foram convocados para esta reunião por questão de corte. O conselheiro
23 Luiz Pascoali reforça que haveria a necessidade de participação dos secretários
24 das faculdades neste evento. A pró-reitora esclarece que é preciso definir qual a
25 função de cada um para evitar alguns problemas específicos. O Pró-reitor de
26 Assuntos Estudantis esclarece que o governo federal tem reavaliado seus
27 programas, dentre eles, o PINAEst, e que com esta reprogramação não foi
28 possível a aquisição de 9 ônibus, mas apenas 7; que houve cortes também dos
29 recursos de contratação de locação de transportes; que na próxima
30 oportunidade serão adquiridos mais 4 ônibus para atender aos demais *campi* e
31 que por ora ainda não tem nenhum indicativo para a confecção do projeto do
32 Pinaest para captação de recursos futuros. O conselheiro Thiarles pede ao Pró-



01 reitor de Assuntos Estudantis que o projeto do PINAEST seja discutido na
02 jornada acadêmica. O pró-reitor esclarece que a jornada foi organizada visando
03 a garantir a representação estudantil dentro da universidade e que o congresso
04 não pode ser trazido para dentro da jornada por conta da deliberação de que o
05 próximo congresso seria em Barra do Bugres. O conselheiro Anderson esclarece
06 a problemática enfrentada com relação à finalidade do ônibus, pois, com o
07 controle de velocidade, fica inviabilizado o transporte intermunicipal e que
08 precisa ser regulamentado o uso do transporte. O Pró-reitor explica que a
09 prioridade do ônibus são as aulas de campo e que seja pensada a contratação
10 para os transportes rodoviários. O Pró-reitor de Administração esclarece que
11 está sendo organizado um trabalho para a questão patrimonial da Unemat;
12 lembra o cuidado com os bens patrimoniais. Quanto à reunião referente à gestão
13 administrativa, esclarece que já teve um resultado significativo neste processo,
14 com o ingresso de 95% dos docentes contratados em folha de pagamento neste
15 mês. O professor Agilson cumprimenta os gestores pelos treinamentos e que
16 estes vêm dando resultados significativos, sobretudo no acanhamento dos
17 profissionais dos *campi*, e sugere as visitas da gestão maior nos *campi* para
18 ampliar esta relação. O Pró-reitor de Administração diz da prioridade de nomear
19 os profissionais técnicos classificados no último concurso e que vem trabalhando
20 para isso, assim como no concurso de docentes, em que conta com
21 classificados; afirma que vem trabalhando para a realização dos concursos de
22 técnicos e docentes para os novos *campi* e que a probabilidade da ocorrência de
23 concurso técnico é maior, tendo em vista o não impacto financeiro. Questionado
24 quanto a remoções, esclarece que estão sendo pensadas para ser estabelecidas
25 quanto aos limites de interesse institucional para as remoções permanentes;
26 para as remoções temporárias, estão sendo estudadas para atender as
27 necessidades institucionais. A presidente esclarece que esta demanda deverá
28 ser regulamentada para evitar maiores complicadores. O professor Ivan
29 esclarece que no *campus* de Alta Floresta essa questão ainda está sendo
30 deliberada pelo colegiado regional. Passado aos informes, a presidente profere a
31 conferência de posse aos conselheiros Adailton Alves da Silva, Heitor Marcos
32 Kirsch, Gabriel Schardong Ferrão e Jeferson Odair Diel, empossados para o



01 mandato de 26 de agosto de 2015 a 22 de abril de 2017. A presidente esclarece
02 que a Ata da 1ª Sessão, por um equívoco, fora publicada na página da ASSOC,
03 juntamente com o material da primeira sessão, e não no local devido para a
04 apreciação dos conselheiros, oportunidade em que faz a proposta: que a ata
05 seja aprovada ao término deste expediente. Em regime de votação: 25 votos
06 favoráveis, 03 abstenções, sendo estas justificadas: conselheiro Welton: “mesmo
07 ficando para o fim da sessão do dia 26.08.2015, fica inviável a leitura de 35
08 páginas”; conselheiro Marcos Francisco Borges: “De acordo com o capítulo VII
09 do Plenário, art. 4º, §3º a Ata (...) deverá ser disponibilizada por meio eletrônico
10 para leitura e apreciação dos conselheiros”; e, conselheiro Adil de Oliveira:
11 “Abstenho de votar na leitura da ata no final do 1º dia de sessão, por entender
12 ser pouco tempo para leitura, mas não sou contrário a este encaminhamento”.
13 Em seguida, a presidente passa para discussão da ordem do dia: Inclusões de
14 pautas: registra-se que não houve inclusão de pauta. Quanto à retirada de ponto
15 de pauta: A presidente solicita a retirada da pauta: 4.3 - Parecer nº 003/2015 –
16 CL - Regimento do Curso de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ecologia e
17 Conservação. Em regime de votação: 31 votos favoráveis e uma 01 abstenção;
18 aprovada a retirada. Retirada da pauta: 4.9 - Regulamentação da Procuradoria
19 da UNEMAT. Em regime de votação: 32 votos favoráveis, aprovada por
20 unanimidade a retirada. O conselheiro Luiz Jorge, representante da Câmara de
21 Legislação, pede a retirada da pauta 4.4 – Parecer nº 004/2015 – CL -
22 Regimento do NUDHEO, fazendo suas justificativas. Em regime de votação: 34
23 votos favoráveis; aprovada por unanimidade a retirada. O conselheiro Claudeir
24 solicita que sejam disponibilizados no site os pareceres das Câmaras. A
25 assessora da ASSOC faz a leitura do artigo regimental quanto à competência
26 das Câmaras e que em tempo oportuno a Câmara fará as devidas
27 apresentações. A presidente esclarece que se há alguma matéria a ser discutida
28 com a comunidade acadêmica, sugere-se que seja submetida ao conselho para
29 possível submissão em sessão subsequente. Não havendo inversão de pauta,
30 coloca-se em regime de votação a ordem do dia. Em regime de votação: 35
31 votos favoráveis, aprovada por unanimidade a ordem do dia. Ordem do dia: 1.
32 HOMOLOGAÇÕES DAS RESOLUÇÕES AD REFERENDUM DO CONSUNI. Em



01 apreciação o item 1.1 - Resolução nº 001/2015 - Aprova o Relatório Conclusivo
02 da Autoavaliação do Ciclo 2013-2015 da Universidade do Estado de Mato
03 Grosso – UNEMAT. Após a apresentação do item e transcorridas as discussões,
04 a presidente coloca em regime de votação: 29 votos favoráveis; aprovada a
05 resolução. Em apreciação os itens 1.2 e 1.3 da pauta: 1.2 - Resolução nº
06 002/2015 - Cria o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Economia Solidária
07 e Políticas Públicas”, a ser executado no Campus Universitário “Jane Vanini” em
08 Cáceres-MT, e 1.3 - Resolução nº 003/2015 - Cria o Curso de Pós-Graduação
09 Lato Sensu em “Educação de Jovens e Adultos”, a ser executado no Campus
10 Universitário de Sinop. Apresentadas as resoluções, a presidente as coloca em
11 regime de votação: 33 votos favoráveis; aprovadas por unanimidade. Passa-se a
12 apresentação dos itens 1.4 e 1.5 da pauta: 1.4 - Resolução nº 004/2015 - Aprova
13 e autoriza a implementação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
14 Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM e 1.5 - Resolução nº 005/2015 -
15 Aprova e autoriza a implementação do Programa de Pós-Graduação *Stricto*
16 *Sensu* em Geografia – PPGGEO. Não havendo manifestações dos senhores
17 conselheiros, coloca-se em regime de votação: 34 votos favoráveis; aprovadas
18 as resoluções. Coloca-se em apreciação o item 1.6 - Resolução nº 006/2015 -
19 Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado
20 em Ensino de Ciências e Matemática - PPGECM. O conselheiro Claudeir
21 considera que algumas partes do programa, o ingresso, por exemplo, a seleção,
22 visto que qualquer alteração precisaria voltar para a apreciação e aprovação do
23 conselho. O Pró-reitor esclarece que este caso é específico para implementar e
24 dar início ao curso, com vistas a não se comprometer os programas e que o
25 regimento será apreciado pela Câmara de legislação. Em regime de votação: 34
26 votos favoráveis, ficando aprovada a resolução. Coloca-se em apreciação o item
27 1.7 - Resolução nº 007/2015 - Altera a Resolução nº 008/2006 - *Ad Referendum*
28 do CONSUNI, que cria e regulamenta a Bolsa Cultura. O relator Anderson
29 Amaral esclarece que se trata da regulamentação dos valores da bolsa, em que
30 se alteram os valores a partir da vinculação com o projeto de financiamento
31 externo. O conselheiro Marcos Borges afirma concordar com a propositura, mas
32 faz menção ao inciso II, do artigo 3, que não deixa clara essa questão. O



01 | conselheiro Luiz Jorge sugere alteração no inciso I. O Pró-reitor de
02 | Administração esclarece que seria interessante negritar o “**desde que**” do *caput*.
03 | Em regime de votação: 37 votos favoráveis; fica aprovada a resolução.
04 | Passando-se ao ponto de pauta: 2. RESULTADO DAS COMISSÕES
05 | TEMPORÁRIAS. A presidente convoca o conselheiro Adil, o qual proferiu o
06 | relato quanto à pauta: 2.1 - Regimento do CONSUNI. A Câmara apresenta três
07 | propostas a serem apreciadas e deliberadas por este conselho: **1** - Manter o
08 | atual número e proporção de representantes docentes, técnicos e discentes,
09 | alterando para menos a representação docente do *Campus* de Cáceres de 6
10 | para 4; Sinop de 4 para 3 e Tangará de 4 para 3, recompondo com a
11 | representação de Diamantino 2 e Nova Mutum 2, mantendo a representação
12 | técnica e discente. **2** - Manter o atual número e proporção de representantes
13 | docentes, técnicos e discente, alterando a forma de eleição para a
14 | representação docente com a seguinte matemática: 2 representantes eleitos por
15 | *Campus* e 6 por livre concorrência em todos os *Campi*, com exceção de Luciara,
16 | com **1**. Mantendo o mesmo número e forma de eleição para a representação
17 | técnica e discente. **3** - Por fim, alterar o número de representação geral na
18 | composição do CONSUNI, respeitando a proporcionalidade prevista em
19 | legislação de 70% vagas docentes, 20% técnicos e 10% discente. Essa proposta
20 | foi aceita e fica com a seguinte composição: mantém-se o número de
21 | representação docente atual, acrescentando 2 docentes para Diamantino, 2
22 | docentes para Nova Mutum, altera-se a representação técnica de 9 para 10 e
23 | mantém-se a mesma representação discente número de 5, totalizando 50
24 | representantes na composição do CONSUNI. Em regime de discussão: o
25 | conselheiro Marcos Borges acredita que deva ser aumentado o número de
26 | vagas com a criação de novos *campi*. O conselheiro Tales também se manifesta
27 | pelo aumento, garantindo a participação dos *campi* pequenos. O conselheiro Adil
28 | concorda com o aumento, mas lembra que em relação aos gastos isto é flexível,
29 | visto as ausências nas sessões e o acréscimo não incorreria no aumento dos
30 | gastos. O conselheiro Luiz Jorge esclarece que é preciso se resolver a
31 | problemática, mas isto implica na alteração do Estatuto, que, se ficar defasada a
32 | representatividade dos docentes, compromete a equação de representatividade.



01 Se houver a ampliação, poderão ser incluídos os representantes dos novos
02 *campi* ainda nesta composição. O conselheiro Luiz Antonio manifesta que se
03 deve votar pelo aumento de cinco novas vagas para este conselho. O
04 conselheiro Vinícius pede esclarecimento quanto à proposta, sendo esclarecido
05 pelo conselheiro Tales. O conselheiro Evaldo sugere que as vagas para os
06 representantes técnicos sejam por região. Proposta 3: aumento de vagas no
07 conselho. Em regime de votação: 29 votos favoráveis, 07 votos contrários,
08 ficando aprovado o aumento, a ser apreciado por uma sessão extraordinária. A
09 presidente do conselho pede uma pausa para a apresentação do representante
10 da casa civil, juntamente do comandante da Marinha, que atua no Ministério da
11 Defesa. O representante da casa civil, Jeferson, apresenta a expedição da
12 comissão do Projeto Rondon e explica como as ações foram organizadas e em
13 nome do Governo do Estado sensibiliza a Unemat, no sentido de apresentar
14 projetos a serem aprovados e executados. O Comandante, após cumprimentos,
15 esclarece que em janeiro de 2016 já serão executados alguns projetos. Que
16 estão visitando alguns municípios, a fim de estabelecer relações com os
17 representantes, mas que é preciso envolver a universidade neste processo. A
18 presidente lembra a origem da Unemat com a proximidade do Projeto Rondon e
19 agradece a presença dos representantes. Retomando a sessão, a presidente
20 relembra as propostas e coloca em regime de discussão. O conselheiro Ivan
21 reforça que em virtude da votação de aumento de vagas, propõe a alteração na
22 composição do conselho, que se mantenham dois representantes docente por
23 *campi*, além das vagas de livre concorrência, ficando assim eleitos dois
24 representantes por *campi* e mais os eleitos pela livre concorrência, porém,
25 apenas mais um representante por *campi*. A presidente consulta os conselheiros
26 quanto à prorrogação desta discussão para sessão extraordinária. O conselheiro
27 Luiz Jorge afirma que esta alteração do estatuto deve ser colocada, mas pensa
28 que existem alguns problemas ainda nos *campi* frente à composição dos
29 colegiados e que pensa quanto à participação de professores interinos nos
30 colegiados de curso, o que requer mudança do estatuto, devendo, assim, já
31 programar estas outras questões. O conselheiro Claudeir sugere a discussão de
32 vários outros pontos do Estatuto para resolver algumas outras situações que



01 requerem alterações. A presidente sugere que seja apreciado apenas este ponto
02 e que em momento específico sejam discutidos outros pontos que requerer
03 alterações futuras. Proposta: convocação de sessão extraordinária após a ordem
04 do dia. A presidente coloca em regime de votação: 35 votos favoráveis, 01
05 abstenção; aprovada a proposta. O conselheiro Paulo Roberto justifica sua
06 abstenção: “Durante os últimos momentos da discussão, não me senti
07 capacitado em tomar a decisão”. Passa-se ao relato do item 2.2 - Regimento
08 Geral da UNEMAT. O relator da comissão esclarece quanto à composição do
09 regimento via consultoria externa e que não houve alterações nesta minuta
10 apresentada pela ASSOC; lembra que para a construção do regimento geral é
11 preciso consultar todos os outros regimentos. Que a comissão, por não
12 conclusão dos trabalhos, solicita a prorrogação de prazo para a próxima sessão.
13 O conselheiro Alfredo afirma ser interessante a discussão deste regimento pelo
14 conselho. O relator esclarece que a prorrogação não inviabiliza a discussão e
15 votação da próxima pauta que trata do regimento dos colegiados regionais. Fica
16 então prorrogada para a próxima sessão a pauta Regimento Geral da UNEMAT.
17 A presidente passa a palavra ao relator Alfredo para esclarecimentos do item 2.3
18 - Regimento dos Colegiados Regionais da UNEMAT. Após a apresentação, o
19 conselheiro Claudeir pede a palavra quanto aos encaminhamentos, se esta
20 proposição é para todos os *campi*; sendo assim, não seria preciso votar o
21 Regimento Regional de Cáceres. O conselheiro Luiz Jorge esclarece que cada
22 *campus* deve constituir seus regimentos conforme previsto no Estatuto e, na
23 medida em que seja apreciada a proposta, sejam realizados alguns ajustes para
24 a proposta de Cáceres. O conselheiro Claudeir, a título de encaminhamento,
25 sugere que sejam unificadas as propostas e decidido o que se aprovar para a
26 UNEMAT. A conselheira Eveline esclarece que a proposta geral já contempla a
27 proposta de Cáceres, respeitando os trabalhos da comissão de Cáceres. O
28 conselheiro Dirceu reforça a questão das particularidades e como seria
29 respeitada ao ser votada aqui uma única proposta. O relator Alfredo explica que
30 a partir desta diretriz aprovada aqui, cada *campus* faria sua proposta com suas
31 particularidades. O Pró-reitor de Administração contextualiza quanto à
32 complexidade ao lidar com estas legislações, pois questões de normas gerais



01 devem ser respeitadas quando da propositura de cada *campi*. A presidente
02 esclarece que os dois regimentos se enquadram nas legislações maiores da
03 Unemat, não tendo nenhum impedimento para a votação. O conselheiro Luiz
04 Jorge esclarece que sejam estudadas as alterações a serem feitas no estatuto
05 da Unemat e que se venha com uma discussão para a próxima sessão. A
06 presidente sugere que, em seguida à votação, seja apreciada a proposta de
07 Cáceres. O conselheiro Thiago explica que foi tomado o devido cuidado para a
08 composição desta proposta e espera que ela seja apreciada. O professor
09 Anderson Amaral explica como foi constituída esta minuta de Cáceres. Em
10 regime de votação: 36 votos favoráveis, aprovada a proposta. O conselheiro
11 Anderson Miranda pede questão de ordem: tendo sido aprovada, é preciso que
12 cada *campus* faça a sua propositura. O Pró-reitor de Administração explica que
13 precisa ser observada uma questão legal nos artigos 4^a, 12 e 16 da proposta. A
14 presidente pede a reapreciação da pauta em virtude da incongruência
15 apresentada. O conselheiro Thiago pensa que deverá ser realizada uma reeleitura
16 quanto à proposta. O conselheiro Alfredo afirma que o que precisa ser
17 esclarecido é a participação absoluta, cinquenta por cento mais um. O
18 conselheiro Adil, a título de encaminhamento, sugere a remessa da minuta à
19 assessoria jurídica, uma vez que esta já foi aprovada por este conselho. O
20 conselheiro Milton Chicalé esclarece que esta matéria irá para a Câmara de
21 legislação, em que será discutido este ponto. O conselheiro Ricardo faz a leitura
22 do que consta no regimento do Consuni, que não determina número para a
23 convocação. Em regime de votação: 35 votos favoráveis, 01 abstenção; fica
24 aprovada a remessa para a Câmara de Legislação para verificação pontual
25 desta questão. A presidente suspende a sessão às doze horas e nove minutos,
26 com retorno às quatorze horas. Retomada a sessão, com a verificação do
27 *quorum*, passa-se à apreciação da pauta: 2.4 - III Congresso Universitário, bem
28 como propor sua minuta de Regimento. A relatora Vera Maquêa apresenta os
29 levantamentos quanto à quantidade de pessoas a comporem o congresso, em
30 torno de 330 pessoas, e propõem que sejam organizadas as discussões em
31 eixos, ensino, pesquisa e extensão. Que a comissão deveria apresentar a este
32 conselho uma minuta para a realização; sendo assim, solicita a prorrogação de



01 prazo para que possa ser apresentada na sessão subsequente. O conselheiro
02 Claudeir esclarece quanto ao produto final do PEP e segure a análise do mesmo
03 como início dos trabalhos do Congresso, que seja uma ação contínua. A relatora
04 acrescenta que as discussões do PEP são de grande relevância para o
05 congresso universitário e que a realização das duas ações concomitantes seria
06 inviável neste momento. O conselheiro Adil, embora defenda a realização do
07 congresso, sugere que este aconteça apenas no segundo semestre de 2016,
08 para que possa ser pensado com cautela, que seja bem organizado e que se
09 estabeleça novo marco com a realização deste congresso, se consolidando com
10 um marco a cada quatro anos. Proposta: prorrogação de prazo. A presidente
11 esclarece que estas questões estatutárias estão sendo pensadas com
12 amadurecimento, com vistas a não sofrer pressões externas. A conselheira
13 Solange Ikeda manifesta que a instituição está tomando a decisão correta de
14 não realizar o congresso universitário, pois este tem uma representação
15 bastante democrática. A relatora afirma que não foi falado sobre a não
16 realização do congresso, e sim quanto às ações do planejamento estratégico, o
17 que significa dizer da qualificação das ações, no sentido de que as ações sejam
18 discutidas anteriormente, esclarecidas, estudadas e apresentadas
19 cientificamente, não apenas que sejam discutidas apenas no congresso. A ideia
20 é de que se realize o congresso a partir das apresentações fundadas para a
21 discussão no congresso, pensadas e estudadas em prol da instituição. O
22 conselheiro Adil reforça quanto à necessidade de amadurecimento para a
23 realização do congresso e que o congresso realmente signifique um novo marco
24 e que seja realizado de quatro em quatro anos. A conselheira Solange Ikeda
25 acrescenta que esperava o resultado de uma comissão constituída na sessão
26 passada, e não apenas uma discussão parcial envolvendo o planejamento
27 estratégico. Que esperava uma proposta relacionada ao congresso e isto não
28 aconteceu. A presidente repudia a atitude da senhora conselheira, pois em
29 nenhum momento as questões apresentadas são atitudes de gestão. O
30 conselheiro Dirceu acrescenta que esta discussão de planejamento é muito
31 pertinente e representa a oportunidade de melhorias para a universidade. A
32 professora Vera Maquêa reforça que a comissão trabalhou muito e não significa



01 que seja inoperância da comissão. A conselheira Solange Ikeda parabeniza a
02 comissão pelos resultados apresentados neste conselho. O Pró-reitor de
03 Pesquisa e Pós-graduação esclarece que até agora está se tentando implantar
04 decisões deliberadas no congresso de 2008, logo, ainda não se tem como tomar
05 decisões, sem que sejam resolvidas questões orçamentárias, dentre outras. O
06 conselheiro Romyr esclarece que a organização multicampi limitou as atividades
07 da comissão e que desde a última reunião se tinham propostas para composição
08 dos delegados, mas a falta de trabalho com reuniões virtuais limitou o trabalho
09 da comissão. Ressaltou que é preciso ter a plataforma de reuniões on-line e a
10 cultura de participação nas mesmas. O conselheiro Dirceu lembrou as limitações
11 para a realização de reuniões por meio de plataforma on-line. O conselheiro
12 Alfredo tece suas colocações em relação ao assunto. O conselheiro Thiago
13 esclarece que a plataforma apenas abrange as pessoas das Câmaras e não
14 permite a discussão com a comunidade acadêmica. A assessora da ASSOC
15 esclarece que ações de disponibilização na plataforma estão sendo
16 implementadas e que espera melhorar cada vez. A presidente esclarece que se
17 está trabalhando para melhorar a oferta da internet. O conselheiro Evaldo
18 esclarece que a comissão da qual participou funcionou normalmente por meio de
19 escrita na plataforma. A presidente solicita à comissão que apresente o
20 resultado na próxima sessão. Coloca em apreciação o item 2.5 - Relatório dos
21 trabalhos da Comissão de Transição de Cursos do Campus de Alto Araguaia. O
22 relator Marion esclarece os trabalhos realizados pela comissão, em que
23 levantaram três cenários. Que a comissão buscou ser zelosa com a universidade
24 e que os relatórios que a PRPTI apresentou causaram preocupação a partir dos
25 dados orçamentários. Em um primeiro momento, buscou-se apresentar o quadro
26 quanto ao custeio e ao investimento do *campus* de Alto Araguaia e quanto à
27 folha de pagamento do *campus*. Apresenta-se ainda o montante quanto à
28 transferência para novo *campus* com gastos de pessoais e de infraestrutura,
29 além de alguns estudos quanto a propostas do *campus* de Alto Araguaia, com a
30 criação de novos cursos e sua reestruturação. Apresentam-se as vagas
31 ocupadas e ociosas por meio de gráficos e estudos, a comparação dessas
32 vagas ocupadas e ociosas no período de 2014/1 a 2015/2 e o número de



01 concluintes, além do cenário do vestibular 2015/2. O relator sugere a discussão
02 quanto à forma de ingresso, como o ingresso por meio de análise de histórico do
03 segundo grau, que tem sido significativo para Alto Araguaia. Que não sugere a
04 abertura de outro *campus*, dados os valores elevados para tal, que os
05 respectivos cursos poderiam ser transferidos para outros *campi*, mas que cabe
06 ser discutido pela comunidade do *campus* de Alto Araguaia, bem como a
07 propositura de novos cursos, o que, para esta comissão, se torna inviável
08 mediante o atual estágio orçamentário da UNEMAT. A presidente esclarece que
09 para esta questão de Alto Araguaia devem ser criadas situações no tocante a
10 algumas reflexões, que se têm muitas pessoas fora da universidade e que talvez
11 não tenham acesso de alguma maneira; que os problemas são humanos e que
12 se houve compromisso em torno de uma mesa, que a proposta é ajudar o
13 *campus* de Alto Araguaia; que não se tem condições orçamentárias para a
14 abertura do *campus* de Rondonópolis e que é preciso assumir que é preciso lidar
15 com questões de baixa conclusão dos cursos não só em Alto Araguaia. A
16 presidente esclarece que é preciso pensar com cautela as decisões. O professor
17 Rodrigo esclarece que por ter participado da primeira comissão de discussão, na
18 qual se propôs que parte do *campus* de Alto Araguaia fosse para Rondonópolis
19 e que seria preciso uma remodelagem para o *campus*, para a qual não se teria
20 condições orçamentárias. Que nenhuma comissão se propôs o que se fazer,
21 apenas foram sistematizadas as informações. A conselheira Cleci acrescenta
22 que falta uma maior divulgação da UNEMAT, pois ainda as pessoas
23 desconhecem os caminhos para se ingressar na instituição, que tem muitas
24 pessoas que gostariam de ingressar na universidade e não tem acesso por
25 desconhecimento. A presidente afirma que a ABRUEM está estudando estas
26 questões. O conselheiro Milton Chicalé se manifesta como interessado nas
27 discussões, que observou o relatório, que esta questão foi pontualmente
28 apresentada e que já houve outros estudos com a proposta de reestruturação do
29 *campus*. Foi constituída uma comissão para um possível remanejamento, e não
30 para o fechamento do *campus*. Que a proposta de governo em algum momento
31 foi para que se fechassem os *campi* menores, que algumas considerações
32 precisam ser reconsideradas. A conselheira Gislaiane apresenta alguns números



01 dos últimos vestibulares da Unemat, nos quais a universidade tem em quatro
02 cursos uma demanda expressiva e que estes não estão localizados em Alto
03 Araguaia. Que o *campus* tem três cursos que precisam ser revistos, pois o
04 vestibular e o ingresso pelo SISU não são suficientes e que Alto Araguaia vem
05 investindo em pessoas e que a qualidade existe. Que o *campus* está engajado e
06 tem propostas. A professora Vera Maquêa esclarece que algumas questões
07 estão sendo discutidas, como exemplo, o interesse em ser professores, e isto
08 faz parte da cultura dos professores com relação à valorização da profissão. Que
09 estamos vivendo uma crise do que é a universidade e para quê ela serve. O
10 conselheiro Claudeir esclarece que seria preciso ouvir a vivência de outros
11 profissionais que atuam no *campus* de Alto Araguaia e que é preciso se discutir
12 esta questão de demanda ocorrida nos *campi*; que fazem falta as ações de
13 marketing dos cursos. Que é preciso criar polos profissionais na instituição para
14 fortalecer a instituição. A presidente lembra que as alternativas estão próximas,
15 mas que não sabemos trabalhar com esta perspectiva. O conselheiro Vinícius
16 informa que quando entrou na instituição em Alta Floresta quase foi embora
17 frente às reclamações e problemas apresentados. Que alguns estudos estão
18 acontecendo visando à solução de demandas para preenchimento de vagas e
19 que não se faz divulgação da universidade. Quanto à tabela de valores, é
20 assustador que seja apresentado o valor base e o valor otimista para que sejam
21 analisados. O conselheiro Adil esclarece que este momento é de saber qual a
22 saída; que é preciso reinventar a universidade, ter a coragem de começar a
23 enfrentar os problemas e que se deve começar por onde se tem mais
24 problemas. Que pensa que nesta situação é preciso ser composta uma
25 comissão para encaminhamentos quanto à decisão, como alternativas para
26 solução, e sugere que seja composta uma comissão para discutir estas questões
27 nevrálgicas da Unemat. A presidente esclarece que se afasta da possibilidade
28 de abertura de Rondonópolis, que isto deve ser discutido em outro momento,
29 que é preciso se pensar a solução dos problemas do *campus* de Alto Araguaia.
30 O conselheiro Romyr afirma que defendia quando trabalhava em Alto Araguaia
31 que o curso de comunicação fosse deslocado para Rondonópolis, que quando
32 coordenava o curso atendia uma demanda de vinte e oito municípios. Que ele



01 próprio fez campanhas de divulgação da universidade e dos cursos, que a ideia
02 de Rondonópolis hoje seria complicado e que a questão é muito complicada
03 para se pensar o *campus* nesse quadro. O conselheiro Tales afirma que,
04 mediante os números, a primeira orientação seria a de que se feche o *campus*,
05 mas pensando nos benefícios sociais, isto deve ser repensado. Que acredita
06 que a região não comporta tantos profissionais formados, que este é o problema;
07 que é preciso repensar o que está acontecendo, como a oferta de apenas um
08 ingresso anual e que os professores poderiam estar atuando em uma entrada
09 em outros *campi* ou municípios. Que tem a alternativa de educação a distância,
10 que deveriam ser ofertados cursos em outras modalidades. O conselheiro
11 Agilson esclarece que em momento algum se pensou na exclusão de curso ou
12 do próprio *campus* quando das discussões da comissão. Que os alunos da rede
13 veem dificuldades de ingresso na instituição e que é preciso mostrar valores
14 para subsidiar resultados. O conselheiro Marcos Borges reforça que tem cursos
15 que estão saturados e pensa que a universidade tem que fazer uma coisa
16 diferente, como o rodízio de cursos. Que se podem oferecer os cursos em
17 Rondonópolis ou ainda em Itiquira, por que não se propor os cursos já
18 existentes? Que se tenha uma política dos professores que têm interesse em
19 receber para atuar em qualquer outro curso. A presidente esclarece que é por aí
20 que se deve pensar o caminho. O conselheiro Luiz Pascuali lembra do impacto
21 pela especulação de mudança do curso para outra cidade e talvez o aluno fica
22 com medo de ingressar e depois ter que mudar para outra cidade. É preciso
23 pensar em uma forma de ingresso permanente para que o aluno tenha isso claro
24 e ainda na abertura de outros cursos. Que é preciso pensar em polos para evitar
25 gastos desnecessários. O conselheiro Luiz Antonio afirma que a decisão de não
26 se ter curso regular é uma conquista diária, por não se ter recursos garantidos,
27 mas, por outro lado, revela outra realidade importante, pois se formam
28 profissionais de várias áreas de conhecimento com a oferta alternada de cursos
29 na modalidade Parceladas. Que a Unemat tem avançado nisso nos últimos anos
30 e que hoje estão garantidos os recursos para se manter cinco cursos da
31 universidade e que tem recebido professores de outros *campi* para atuarem no
32 *campus*, o que pode ser uma alternativa para a situação. A professora Vera



01 | retoma a palavra, afirmando que o Brasil não tem um plano de desenvolvimento
02 | institucional superior, que os institutos federais concorrem com as estaduais e
03 | que os estudos mostram que existe uma média de 40% de evasão dentro das
04 | universidades federais e ainda o governo federal cria o FIES para fortalecer as
05 | instituições privadas. Que os nossos estudantes são mato-grossenses e que se
06 | deve pensar dentro deste contexto. O conselheiro Marion lembra a história da
07 | instituição na década de 90 e que foi uma conquista o seu reconhecimento
08 | enquanto universidade; que a Unemat representa muitas lutas e que hoje é
09 | preciso se recriar, inclusive no que diz respeito às conquistas. O professor
10 | Anderson Amaral reforça que a crise é importante, pois é neste momento que
11 | nasce a melhor das invenções, que hoje é uma crise da instituição a questão da
12 | demanda. Que a preocupação é o que fazer com o corpo docente já efetivado e
13 | domiciliado nos municípios de *campus* da instituição. Que sejam garantidas as
14 | múltiplas formas de ingresso à universidade, como alternativas de acessos. O
15 | conselheiro Ivan reafirma que as discussões precisam vir e que isto é
16 | planejamento estratégico. Que é preciso desenvolver como trabalhar daqui para
17 | frente e em cada *campi* se começam as discussões. Que é preciso começar a
18 | pensar na redução de custos, que pensar em qualidade se começa em sala de
19 | aula. O conselheiro Luiz Jorge indica que seja dado pela comissão um
20 | encaminhamento para equacionar esta situação. Que a proposta de rodízio de
21 | cursos é complicada frente às exigências das comissões de reconhecimento
22 | quanto à biblioteca. Ao se pensar cursos em modalidades diferenciadas, isto vai
23 | ser uma realidade. Que em relação a sua disciplina na área do Direito, as
24 | referências devem ser todas atualizadas mediante as mudanças legais. A
25 | conselheira Solange Ikeda lembra que é preciso economizar e que por outro
26 | lado é preciso ter uma política quanto à evasão, que é preciso ter qualidade.
27 | Que se recusa a dar aulas em turmas fora de sede, que queria entender melhor
28 | a política da FAESPE, pois ela deveria atender as necessidades das aulas de
29 | campo. O professor Rodrigo explica que é preciso se pensar em qualidade
30 | estrutural, mas que também é preciso se pensar a qualidade das nossas aulas,
31 | da nossa atuação em sala de aula. Esquecemos-nos de pensar na comunidade
32 | que paga nossos salários. O conselheiro Adil retoma a palavra sobre a



01 oportunidade de se pensar na solução desses problemas para a universidade.
02 Que fez a propositura da constituição de uma comissão para que faça um estudo
03 ao longo de seis meses, para apresentação de possíveis soluções. O vice-reitor
04 reforça que estas discussões devem ser feitas nas bases, nos *campi*, que é hora
05 de pensar e que tem cursos que contam com apenas cinco alunos em uma
06 turma e cinco em outra, com ementas idênticas e o professor dá aulas
07 separadamente. A conselheira Gislane fala da qualidade, que tem muitos alunos
08 premiados no curso de Comunicação, que têm egressos cursando mestrado no
09 ITA e, logo, se oferta qualidade. Apresenta como encaminhamentos: a
10 participação no planejamento estratégico, que se tem discutido amplamente no
11 *campus*, e sugere uma comissão para se estudar juntamente com a PROEG. O
12 conselheiro Alfredo acrescenta que não seria o momento de reformular nossas
13 matrizes para atender a demanda do mercado. A presidente esclarece que
14 muitas IES estão usando alternativas diferenciadas para esta questão, como as
15 escolas fazerem as seleções para o ingresso na universidade. Que com
16 responsabilidade fiscal deveria se fechar a oferta de abertura de vagas nos
17 vestibulares até que se repensem algumas questões. Que quando se pensa em
18 formar uma turma e outra não é preciso levar em conta a oferta para as
19 dependências. Que a composição da nova comissão seja por um membro desta
20 atual comissão, com representante de Alto Araguaia e PROEG. O conselheiro
21 Tales lembra que já existe uma comissão com a finalidade de estudo para oferta
22 de cursos e que esta comissão já tem bastante material. A presidente pede que
23 esta comissão composta faça discussões com esta nova comissão para se
24 pensar ações por *campus* e trazer para discussão deste conselho. A conselheira
25 Gislane propõe que tenha uma comissão de Alto Araguaia que atue junto com a
26 comissão designada pelo CONEPE. A presidente expressa que seja composta
27 uma comissão do *campus* para que seja formalizada por meio de portaria. O
28 conselheiro Adil pede a palavra e esclarece que a comissão proposta é para
29 todos os cursos que estão com esta problemática. Proposta do conselheiro Adil:
30 Criação de comissão temporária por seis meses do CONSUNI na modalidade
31 temporária para discutir as situações com Alto Araguaia. Em regime de votação:
32 fica aprovada a criação da comissão com a composição: docente Milton Chicalé,



01 docente Gislaine, docente Tales, técnica Ana e discente Thiarles, com o objetivo
02 de apresentar projeto piloto para futuras discussões, tendo como presidente da
03 comissão a docente Gislaine, com 30 votos favoráveis. Passe-se à apreciação
04 do item 2.6 - Critérios de repasse de recursos aos Campi. O relator Rodrigo
05 apresenta planilhas de índices de custeio das unidades da UNESP como modelo
06 para ser discutido para adequação para a UNEMAT, com parâmetros
07 acadêmicos, físicos, índice de aula com fatores de ponderação, o parâmetro de
08 qualidade com índice de ensino, índice de pesquisa, índice de extensão, índice
09 de bolsas, índice de qualidade científica, que norteiam a distribuição financeira
10 para cada *campi*. A presidente esclarece que não estamos nas mesmas
11 condições da UNESP, mas precisamos começar a pensar nestes pontos, para
12 se planejar as ações. Solicita ao conselho a recomposição desta comissão para
13 que seja pensada quanto à proposta de aplicação dos recursos. O professor
14 Francisco Lledo esclarece que a Pró-reitoria está trabalhando neste sentido, que
15 está sendo discutido o recurso reitoria – *campus* e outra planilha *campus* –
16 curso. O conselheiro Luiz Jorge esclarece que muitos problemas acontecem por
17 falta de planejamento básico, inclusive, dentro das próprias necessidades
18 internas do curso e o próprio planejamento individual, a exemplo do plano trienal
19 do docente. O conselheiro Vinicius apresenta a dúvida quanto à ponderação à
20 pesquisa, pois é preciso se apresentar publicações dentro da área para a
21 garantia do *qualis*. O relator esclarece que o *qualis* não é levado em conta,
22 apenas o número de artigos publicados, número de publicações do *campus* e
23 número de publicações da instituição. O conselheiro Luiz Jorge afirma que são
24 interessantes estas discussões, para que seja pensado o que será feito por cada
25 curso. É preciso viabilizar o que está sendo produzido, que considerar número
26 de alunos e números de professores é um equívoco. O conselheiro Marcos
27 Borges pensa que a universidade precisa ter critérios para repasses dos
28 recursos, que a partir do momento que se tem esses critérios o *campus* passa a
29 ter uma política. Não se sabe hoje o que se produz, por exemplo; fica parecendo
30 que não está se realizando nada. O conselheiro Anderson acrescenta que
31 gostou da tabela pela diversidade de possibilidades, mas gostaria de saber se
32 hoje se tem a possibilidade de se fazer um espelho da instituição dentro desta



01 tabela; há uma perspectiva para se fazer este estudo. O professor Antonio
02 Malheiros afirma que este é o caminho, que esta é a nossa saída, que é preciso
03 se pensar nos *campi* menores, que atuam bem no ensino e na extensão. Mas
04 que tem que pensar em vários fatores que não são contabilizados; como
05 exemplo, o acompanhamento dos docentes para o estágio nas cidades de
06 origem dos acadêmicos, as aulas campo e, ainda, as pós-graduações com seus
07 programas. Que é preciso colocar na ponta do lápis, levando em conta a
08 equidade. O conselheiro Vinícius questiona se na próxima sessão teria com
09 apresentar uma simulação. O professor Francisco esclarece que no sistema do
10 PEP já terá esta possibilidade de levantamento de informações. Que pode se
11 pensar e analisar para propor alguma coisa para ser estudada. O professor
12 Rodrigo esclarece que o valor é destinado para o custeio e manutenção do
13 *campus* e não é específico do curso. A vantagem é o planejamento para
14 melhorar. A presidente esclarece que ainda falta sistema de informação para
15 controle acadêmico e o que está sendo proposto é apenas um início do novo
16 caminho. Que tem experiências boas de outras IES no Brasil nesta questão.
17 Passa-se a recomposição da comissão para ampliar os estudos: Docente
18 Anderson, docente Antonio Malheiros, docente Ricardo, técnico Daniel e o
19 discente Thiago, sob a presidência do conselheiro Anderson. Às oito horas e
20 treze minutos do dia vinte e sete retoma-se a sessão. Passa-se à apreciação do
21 terceiro ponto de pauta: 3. CÂMARA SETORIAL DE ORÇAMENTO E
22 PATRIMÔNIO. A presidente coloca em apreciação a pauta 3.1 – Parecer nº
23 001/2015-CSOP - Curso de Bacharelado em Direito, a ser ofertado pelo
24 Programa Parceladas/UNEMAT, - Alto Araguaia; 3.2 – Parecer nº 002/2015-
25 CSOP - Curso de Licenciatura em Pedagogia, a ser ofertado pelo Programa
26 Parceladas/UNEMAT, - Alto Araguaia; 3.3 – Parecer nº 003/2015-CSOP - Curso
27 de Bacharelado em Ciências Contábeis, a ser ofertado pelo Programa
28 Parceladas/UNEMAT, - Itiquira; 3.4 – Parecer nº 004/2015-CSOP - Curso de
29 Licenciatura em Pedagogia, a ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT,
30 - Itiquira; e, 3.6 – Parecer nº 006/2015-CSOP - Curso de Bacharelado em
31 Direito, a ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, - Aripuanã. O relator
32 apresenta o estudo e a análise da Câmara, destacando que para os itens



01 anteriormente citados foi exarado parecer favorável, dando suas justificativas.
02 Para o item 3.5 – Parecer nº 005/2015-CSOP - Curso de Bacharelado em
03 Direito, a ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, - Vila Rica, a
04 Câmara exarou parecer desfavorável. Em particular, no parecer do município de
05 Alto Araguaia, no qual existe a garantia de 50% do valor recurso inicialmente e
06 isto é de grande relevância para a infraestrutura do curso. Em regime de
07 discussão, o conselheiro se manifesta, afirmando que não teve acesso aos
08 valores, sobretudo dos docentes que irão atuar no curso, que há uma diferença
09 considerável nos valores dos cursos e pensa que é preciso discutir a justificativa
10 social para a abertura de turma fora de sede. O conselheiro Alcione Lescano se
11 manifesta dizendo da preocupação quanto ao convênio realizado pela FAESPE
12 e que esta precisa fazer prestação de contas desses convênios, sendo assim,
13 reflete o momento em que a UNEMAT vem passando e, em caso de desistência
14 ou descumprimento do contrato por parte da prefeitura, ficaria muito complicado.
15 Que é preciso se pensar em discutir a universidade, sobretudo na questão
16 financeira. O conselheiro Thiago afirma que quanto mais cursos a universidade
17 oferecer, seria melhor, porém, sabe-se que é comum não se ter previsão de
18 estágio quando necessário e isto é uma complicação, pois, ao final do curso, o
19 acadêmico não tem orientador. Concorda com o conselheiro e tem razão em
20 relação à FAESPE, pois esta não garante a transparência, pois nem tem o site
21 de prestação de contas e nem se consegue cópia do nenhum documento da
22 fundação. É preciso saber como anda a prestação de contas do convênio. O
23 conselheiro Luiz Antonio se manifestou sobre a fala anterior em relação ao não
24 funcionamento devido do curso. Que o curso de Direito tem grande relevância no
25 médio Araguaia, para atender em média quarenta e cinco municípios. Que
26 aprecia o parecer da Câmara, mas que a análise deveria ter sido a partir do
27 plano de trabalho, e não em comparação com outra proposta. Que o *Campus* de
28 Luciara já trabalha com este tipo de oferta de curso e não vê porque adiar ou
29 reprovar a proposta a partir deste argumento. Que pede o apoio dos senhores
30 conselheiros para a aprovação do curso. O conselheiro Luiz Jorge apresenta
31 questionamentos de ordem formal, questionando se estes cursos têm vínculo
32 com outro curso de Direito regular da Unemat, se a proposta do curso atende às



01 mudanças atuais do curso e se a resolução *Ad referendum* de 2009 foi
02 referendada pelo conselho. O relator Adil esclarece os questionamentos,
03 afirmando que o trabalho da comissão foi feito com responsabilidade e que os
04 membros se atentaram para o que foi apresentado após trâmite no CONEPE e
05 pareceres já apresentados no processo, sendo favoráveis à abertura dos cursos.
06 O conselheiro Tales se manifesta, afirmando que, quanto à questão pedagógica,
07 esta já foi apreciada pelo CONEPE e que já houve uma comissão que estudou a
08 oferta de novos cursos nesta modalidade. Que o processo está dentro das
09 normas exigidas pela instituição e que consta todo detalhamento para execução,
10 publicação em Diário Oficial, e que a comissão primou pela análise do recurso.
11 O professor Evaldo se manifesta dizendo que os cursos de Alto Araguaia são
12 turmas do Programa Parceladas; que quanto ao projeto pedagógico foram
13 atendidas as recomendações do CONEPE e está hoje em conformidade com o
14 curso de Cáceres. No que tange ao detalhamento financeiro, este atendeu às
15 orientações previstas nas respectivas planilhas. No que diz respeito aos
16 estágios, estão previstos três docentes para atender a demanda e que, em
17 relação ao papel social, está implícito o papel da universidade. O conselheiro
18 Marcos Borges se manifesta quanto ao previsto no projeto, dizendo que a
19 execução pedagógica será via FAESPE, mas acrescenta que esta nunca
20 retornou nenhum recurso financeiro para a instituição e que o que se quer é que
21 se tenham garantias para a execução desses cursos e se o município não
22 repassar, é a instituição que deve bancar. Reforçou que a FAESPE não investe
23 em nada na instituição. O conselheiro Milton Chicalé salienta que tudo o que se
24 disse até agora é verdade, é preciso uma série de correções, mas estamos
25 questionando FAESPE e se é parcelada ou não, mas a verdade é que Alto
26 Araguaia está aguardando há doze anos uma turma especial e Itiquira há três.
27 Que vê estas questões de um *campus* com o outro, que se sabe que 60% das
28 inscrições de vestibular são para cursos clássicos e que estão sendo
29 construídas alternativas por meio do Programa Parceladas. Como falar em
30 fortalecimento do *campus* de Alto Araguaia? Questiona Unemat ou privadas?
31 Atende ao solicitado para construção do processo ou ao que este conselho
32 levanta como questionamento? A conselheira Gislaine apresenta os recursos



01 aplicados pela prefeitura no *campus* de Alto Araguaia, percorrendo quanto às
02 ações específicas já realizadas em parceria. Que em relação ao papel social,
03 isto depende do ponto de vista de cada um, então, os outros cursos da
04 universidade não tem nenhum papel social? Que no estudo de demanda em três
05 dias aproximadamente mil pessoas manifestaram interesse nos cursos de Direito
06 e Pedagogia. A presidente, com a palavra, afirma que, em relação à FAESPE,
07 tem o compromisso em prestar contas e que recentemente foi constituído o
08 conselho da mesma e que espera trazer aos conselheiros uma FAESPE
09 decente; que se Rosário Oeste deu problema, muitos outros casos deram certo.
10 O conselheiro Adil afirma que acredita neste conselho e que se fosse construir a
11 instituição levando em conta estas barreiras, não estaríamos aqui, que a história
12 da Unemat foi construída com estes cursos de Parceladas, que acredita na
13 seriedade desta gestão da instituição. Que não se tem como querer que esta
14 gestão resolva todos os erros do passado, de reitorias desastrosas, com a
15 criação de cursos por meio de *ad referendum*, sem se pensar no compromisso
16 dessa universidade. Que os esforços dos municípios demonstram novos tempos
17 e a universidade tem o compromisso de atender a isto, estando presente. O
18 conselheiro Marion lembra uma frase “que os mortos atormentam os vivos”, que
19 reporta na necessidade da universidade de transformar, inclusive nos nossos
20 discursos, que ontem se discutia Alto Araguaia e hoje uma proposta de
21 alternativas. Que é preciso sim ser todos zelosos com esta universidade. O
22 professor Rodrigo acredita que é preciso se ponderar algumas coisas, que é
23 preciso hoje se reorganizar enquanto organismo para atender a este Estado,
24 com a oferta de muitas modalidades de ensino, ou se perderão espaços para as
25 faculdades privadas. Que se tem a possibilidade de discutir, mas que é preciso
26 ter coerência em relação aos nossos discursos. Que em muitos lugares os
27 modelos de cursos deram certo e que é preciso tomar um pouco de cuidado com
28 as nossas falas, pois é preciso corrigir e não parar tudo. O professor Anderson
29 Amaral lembra as alternativas em forma de Parceladas, turmas a distância e
30 lembra os valores dos salários docentes, fazendo uma relação entre o valor do
31 convênio para realização de um curso. Que esta alternativa não precisa ser
32 fechada, ao contrário, precisa ser expandida, que o valor do convênio é barato



01 em relação ao retorno para o município com a formação desses profissionais.
02 Preocupa sim com a situação da reprovação e ainda em relação a bolsas. A
03 conselheira Dilma pede que os conselheiros sejam coerentes em todas as falas,
04 que estamos passando por momentos difíceis financeiros; que, em relação aos
05 cursos, é preciso olhar com os olhos da razão, que é preciso a valorização do
06 espaço no tempo, que o tempo revela a história e isto é preciso ser levado em
07 conta. Que é preciso levar em conta que o *campus* de Alto Araguaia tem uma
08 estrutura em que se podem abrigar estes cursos, mas é preciso se pensar que,
09 em caso de recuo da prefeitura, a universidade precisa assumir. O conselheiro
10 Tales apresenta a experiência de três cursos que o Governo do Estado não
11 assumiu o compromisso e que a universidade tem arcado com as despesas,
12 mas que em relação ao retorno social, hoje, pensa que é preciso uma reflexão a
13 partir das turmas especiais, pois atende a demanda com custo acessível e
14 parceria com município. Que defende a ideia da oferta de turmas fora de sede
15 mantidas pela própria Unemat, que gostaria que as prefeituras da região dele
16 tivessem esta visão de estabelecimento de parceria. A professora Vera Maquêa
17 tece algumas considerações quanto a alta demanda para o curso de Direito e
18 que isto é devido à exigência do CEE; afirma que é preciso se ter uma política
19 de Estado de oferta de cursos, que já existe um plano desenhado para a
20 formação de professores indígenas, que está em elaboração uma lei para um
21 sistema único para a educação e que alguns programas PARFor e UAB
22 representam uma parceria com o setor público para a formação de profissionais.
23 Que os professores efetivos podem dar aulas em outros programas e que
24 quando se discutem estas questões todas, está-se discutindo o acesso à
25 universidade e que este fato representa a garantia de acesso com as turmas
26 especiais. O professor Evaldo reforça que estes três cursos já passaram pelo
27 CONEPE e estão sendo tramitados neste conselho; que sempre tem recebido
28 telefonemas para abertura de cursos em municípios e que estas propostas dos
29 cursos são autofinanciadas; que a FAESPE é executora financeira e
30 administrativa, que os cursos diferenciados de Parceladas e formação indígena
31 têm uma média alta de concluintes, acima dos cursos regulares da universidade.
32 O conselheiro explica que o processo tramitou em todas as instâncias internas



01 da instituição e o motivo que pesou para a comissão aqui é discutível, que tomou
02 ciência do parecer aqui, mas que se soubesse poderia ter apresentado para a
03 comissão algumas particularidades, como exemplo, os professores que irão
04 atuar são em sua maioria do Araguaia e que tem o compromisso; que esta
05 proposta de Vila Rica é 100% financiada pelo município, não sendo recursos dos
06 25% da educação. O conselheiro Luiz Jorge afirma que confia nas pessoas, mas
07 nós estamos em uma atividade social e que temos normas a cumprir. Que a
08 universidade inova, é criativa, mas muitas vezes inventa e isto exige sempre
09 estar correndo atrás para se corrigir, que todas as conquistas foram com lutas. E
10 que em algum momento o que não foi por lutas tinha um interesse político, a
11 exemplo da compra de Diamantino. Que é preciso ver alguns aspectos
12 históricos. Que a Resolução 009 *ad referendum* não foi validada por conselho.
13 Que os processos não passaram pela Câmara de Desenvolvimento Institucional.
14 Que em 2011 foi constituída uma comissão para estudar a FAESPE e que esta
15 deveria apresentar a este conselho a estruturação da FAESPE. Que a FAESPE
16 poderá firmar novos convênios após a sua reestruturação. A presidente
17 esclarece que estas questões estão em andamento e que ninguém está
18 querendo enganar ninguém. Que é preciso entender que tem muitas ações
19 positivas em relação à parceira com municípios. Que tem o compromisso em
20 melhorar cada vez mais em relação à FAESPE. A professora Vera Maquêa
21 defende neste conselho que o sistema não diferencia os alunos, que é preciso
22 ser respeitados como nossos estudantes. Que em relação à formação, estas
23 turmas tem evasão quase zero. Que o *campus* de Luciara fez a opção em ofertar
24 turmas especiais que e isto garante o sucesso deste *campus*; que em todas às
25 vezes precisa estar defendendo vírgula por vírgula, enquanto outros cursos são
26 criados sem maiores problemas. O professor Francisco Lledo apresenta os
27 pareceres da Câmara e que em relação à Vila Rica a estrutura é muito boa. Que
28 se atenham aos pareceres então. O conselheiro Milton Chicalé reforça que o
29 ideal é turma fora de sede sempre que possível, que ao se falar em profissão de
30 fé é complicado, pois é preciso ter fé para tudo. Que mortos não assombram, é
31 preciso corrigir, mas de um dia por outro é difícil, que Alto Araguaia nunca foi
32 atendido com cursos fora de sede. Que em relação à FAESPE, esta vem sendo



01 reconhecida com convênios entre o Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa
02 e outras. O conselheiro Claudeir volta na questão da função social da
03 universidade, que este Conselho não apresentou nenhuma norma para a
04 abertura de cursos, que este conselho faz normas e não se discute política. A
05 conselheira Solange Ikeda lembra que é preciso se discutir em relação aos
06 custos dos cursos regulares e os custos dos cursos de turmas especiais. Que
07 não sabe nada sobre a FAESPE. O professor Douglas de Aripuanã expressa
08 gratidão à Unemat, que durante estes anos de existência o curso ofertado lá foi
09 por esta instituição e que a única esperança de novos cursos lá é por meio da
10 Unemat; que em relação à função social, a prioridade é na formação de
11 professores, mas que tem outros meios para formação de professores. Que é
12 preciso se pensar que muitos não têm aptidão para licenciaturas e que por vezes
13 não poderiam sair do município para fazer um curso superior. Que em relação
14 ao pagamento, o município tem condições de cumprir este convênio e sugere a
15 criação de um comitê para acompanhamento desde convênio; que na troca de
16 gestão, pode-se firmar acordo do cumprimento deste convênio. Que concorda
17 em cortar recursos como sugerido pela Câmara. O secretário de educação de
18 Aripuanã cumprimenta a todos e expressa que é preciso atender as
19 necessidades de formação em cursos de bacharelado, que o município contribui
20 com impostos que financia a universidade. Que não se pode julgar tomando
21 como base o fato de um município que deu problema, pois outros podem manter
22 em dia. O conselheiro Luiz Antonio lembra o convênio com o Estado via
23 SECITEC para a reforma do prédio e que, nesta época, foram construídos mais
24 três salas de aulas e mais um auditório para duzentas pessoas. Que é preciso
25 estar empenhado nas questões e que existe um compromisso no sentido de
26 organizar a melhor forma de executar os recursos. Que tem a responsabilidade
27 de pensar as demandas, com discussões regionais para trazer a este conselho.
28 A conselheira Gislaine reafirma que os cursos serão financiados integralmente
29 pela prefeitura e que o *campus* de Alto Araguaia não foi agraciado por nenhum
30 curso; que é preciso ser mais cautelosos nas falas, pois parece que tudo é feito
31 a revelia, existem regras e tudo foi seguido para a propositura dos projetos. E
32 que se houver pareceres desfavoráveis, seremos contra aos nossos próprios



01 discursos de mudanças. O conselheiro Reinaldo lembra as responsabilidades
02 legais da gestão e relembra a questão financeira da universidade, questionando:
03 caso as prefeituras não repassarem os recursos, como vai se pagar? Afirma que
04 a proposta do professor Tales é interessante, a criação de cursos turma fora de
05 sede; que as faculdades têm a competência de ofertar novos cursos; que se
06 sente desconfortável em votar com os representantes de Luciara; que entende
07 ser ilegal a participação neste conselho, podendo ser anulados qualquer ato
08 aqui. O conselheiro Tales pede a parte e expressa sua fala anterior. O
09 conselheiro Milton Chicalé faz menção à legalidade da participação dos
10 representantes de Luciara. O professor Evaldo lembra que isso foi discutido no
11 início da sessão e que enquanto não se alterar a Resolução deste conselho, é
12 conselheiro conforme determinam as normas e que exige respeito. O
13 conselheiro Marcos Borges explica que sua fala não se refere à atual gestão e à
14 pessoa da reitora hoje, que não é contra a abertura de cursos, mas é preciso
15 garantir uma coerência por parte deste conselho. Que se preocupa porque a
16 instituição precisa se estruturar, que não se pode comparar um curso regular
17 com um curso de Parceladas, que não apenas formam profissionais. A
18 conselheira Fabiana se manifesta que é favorável à abertura desses cursos, na
19 condição de representante discente, e que sempre que abre uma possibilidade
20 de formação, lembra a função social da universidade. Quando se refere que
21 mortos atormentam os vivos, é preciso se repensar esta universidade, quais são
22 as alternativas que temos para ganhar campo, sobretudo com a concorrência
23 privada e institutos. Quando se uma tese como a do professor Neto, pensa que é
24 preciso construir uma universidade com responsabilidade, cumprindo assim o
25 seu papel. Acredita que se devem aprovar estes cursos e pensar na garantia da
26 efetivação desses convênios. O professor Rodrigo reforça que é preciso fazer
27 esta discussão, que esta é uma oportunidade de poder fazer uma expansão sem
28 grandes impactos financeiros. Que tem relatos de outras IES que a carga horária
29 do professor efetivo já sabe que a carga horária dele é em outros locais. O
30 conselheiro Ricardo afirma achar positiva a aprovação dos cursos e que parece
31 que a abertura de alguns cursos resolve as demandas de determinados *campi*,
32 mas lembra que os professores efetivos não trabalham apenas no ensino, mas



01 sim em pesquisa e extensão. E que em relação à fala da professora Solange,
02 quando não foi selecionada para trabalhar Parceladas, e sim o graduado, e que
03 vê esta situação quanto à terceirização do ensino, pois é preciso se pensar na
04 qualidade. O conselheiro Adil reafirma a posição favorável pela abertura desses
05 cursos e que também foi crítico em relação à FAESPE; que tem a crença de que
06 se pode estabelecer a relação de confiança. Que as condições oferecidas
07 constituem a possibilidade da construção e reconstrução institucional. A
08 presidente afirma que somos pessoas estudadas e que é preciso não se
09 comparar se o presencial é mais caro que o especial. Que em relação às
10 contribuições para se resolver algumas questões, não significa estar roubando, e
11 sim estar dividindo. Que vai convocar algumas frentes de trabalho para discutir
12 alguns pontos que não se dá para esperar as oportunidades para se discutir.
13 Não se pode mesmo ir abrindo cursos, que a CAB acredita na instituição e que
14 estará sentando com o governo para dar encaminhamentos quanto às frentes de
15 necessidades. Que é preciso se discutir, se ponderar em alguns pontos.
16 Proposta: Votação em bloco. O conselheiro Thiago pede questão de ordem;
17 pede voto em separado para o curso com parecer desfavorável. A presidente
18 acata o pedido de questão de ordem e coloca em votação a criação do curso a
19 partir dos pareceres. Em regime de votação os pareceres da Câmara: Parecer nº
20 001/2015-CSOP - Curso de Bacharelado em Direito, a ser ofertado pelo
21 Programa Parceladas/UNEMAT, - Alto Araguaia; Parecer nº 002/2015-CSOP -
22 Curso de Licenciatura em Pedagogia, a ser ofertado pelo Programa
23 Parceladas/UNEMAT, - Alto Araguaia; Parecer nº 003/2015-CSOP - Curso de
24 Bacharelado em Ciências Contábeis, a ser ofertado pelo Programa
25 Parceladas/UNEMAT, - Itiquira; Parecer nº 004/2015-CSOP - Curso de
26 Licenciatura em Pedagogia, a ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT,
27 - Itiquira; e, Parecer nº 006/2015-CSOP - Curso de Bacharelado em Direito, a
28 ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, - Aripuanã, obtendo 30 votos
29 favoráveis, 07 votos contrários, ficando aprovada a criação dos cursos. Em
30 seguida, coloca-se em votação o Parecer nº 005/2015-CSOP - Curso de
31 Bacharelado em Direito, a ser ofertado pelo Programa Parceladas/UNEMAT, -
32 Vila Rica. Em regime de votação: 09 votos favoráveis, 27 votos contrários e 01



01 abstenção, ficando orientada pela mesa a reapresentação da proposta na
02 próxima sessão. Contabilizado o *quorum* com a presença de vinte e sete
03 conselheiros, a presidente reabre a sessão às treze horas e trinta minutos com o
04 quarto ponto de pauta: 4. CÂMARA SETORIAL DE LEGISLAÇÃO. 4.1 – Parecer
05 nº 001/2015 – CL - Minuta de Resolução de Afastamento Docente para
06 Cursistas do Curso de Doutorado da Rede REAMEC. O relator informa os
07 pareceres já disponibilizados aos conselheiros e se coloca à disposição. A
08 presidente coloca em regime de discussão. O Pró-reitor de Pesquisa e Pós-
09 graduação esclarece o item 4.1, que trata dos docentes na pós-graduação do
10 doutorado. Em regime de votação: 27 votos favoráveis, aprovado o parecer.
11 Quanto ao item 4.2 - Parecer nº 002/2015 – CL - Regimento do Programa de
12 Pós Graduação em Geografia – PPGGeo. O relator esclarece que a Câmara
13 emitiu parecer favorável com indicações a serem ou não acatadas, em particular,
14 na redação do Artigo 49, o qual restringe a língua inglesa. O professor Rodrigo
15 reforça a questão de se ter delimitada a apresentação do resumo em inglês ou
16 espanhol. O conselheiro Evaldo esclarece que, enquanto vice-coordenador do
17 programa, acata na íntegra o parecer da Câmara. Em regime de votação: 28
18 votos favoráveis. O item 4.5 – Parecer nº 005/2015 – CL – Regimento Interno do
19 Colegiado Regional do Campus de Cáceres. O relator apresenta os destaques
20 quanto à matéria, conforme consta no parecer. A presidente consulta a plenária
21 para se manifestarem quanto a algum questionamento e ou a leitura dos
22 destaques. O conselheiro Thiago informa que seria interessante, mas não
23 obrigatório. Em regime de votação: 32 votos favoráveis; aprovado o parecer.
24 Passa-se ao item 4.6 – Parecer nº 006/2015 – CL – Regimento do Programa de
25 Pós-graduação em Linguística (Doutorado) – Campus de Cáceres. O relator
26 esclarece que é de competência da Câmara fazer esta análise e esclarece que o
27 parecer consiste em dar encaminhamentos quanto ao que se fazer em
28 determinadas situações, o que apresenta detalhado no parecer. O professor
29 Rodrigo esclarece que a questão financeira é de responsabilidade da Pró-reitoria
30 e não é de competência do coordenador. A presidente afirma que o relator tem
31 razão. O conselheiro Marcos Borges afirma que isto precisa ficar no regimento,
32 pois se espera que este doutorado atinja nível cinco. O conselheiro Ricardo



01 reforça que conselho superior dentro do regimento fica confuso, melhor seria
02 Conselho do Programa, o qual faz indicações para inclusão ao parecer. O
03 conselheiro Jeferson Diel esclarece que se têm técnicos vinculados ao
04 programa, logo, a palavra em exercício não se empregaria e, ainda, que fosse
05 melhor se trabalhar com Faculdades. Que na proposta o setor técnico é
06 responsável pelo registro acadêmico do programa e pensa que isto é matéria de
07 secretaria acadêmica. Que os programas de pós-graduação ainda não estão
08 incorporados no SAGU, que o programa precisa tratar com as Faculdades e não
09 diretamente com a PRPPG. A presidente esclarece que está criada uma
10 comissão para discutir lotacionograma e que hoje não se tem claro onde está
11 ligado um programa. Assim, isto vai contribuir com a implementação da rede, de
12 forma articulada e respeitando as instâncias. Que a Supervisão de Apoio
13 Acadêmico deve ser a instância para demanda de vida acadêmica. O professor
14 Rodrigo esclarece a realidade atual das ofertas de programas, que vincular o
15 programa à Faculdade já foi recomendado pela Câmara. Que é preciso se
16 discutir a criação da secretaria executiva do programa e isto precisa estar bem
17 definido dentro da Unemat. Desse modo, é preciso um pente fino nos
18 programas. Isto precisa ser ajustado. O conselheiro Thiago esclarece que
19 algumas discussões levam a outros assuntos e questiona quanto ao manual de
20 correspondência da universidade. Sugere que se forme uma comissão para
21 padronização de documentos. A presidente esclarece que tem um manual
22 técnico, um conselho, o que falta é o cumprimento dos mesmos. A professora
23 Ana Luiza, de posse da palavra, afirma que a equipe do programa analisou o
24 parecer e apenas acentua uma mudança em relação a aluno regular. O
25 conselheiro faz proposta de encaminhamento: frente ao parecer e os
26 esclarecimentos, pensa que não há divergência nesta perspectiva, que a
27 coordenação do programa faça o ajuste do texto, e propõe que seja votado o
28 parecer para depois se ajustar as alterações. O conselheiro Jeferson informa
29 sobre a legislação maior sobre o assunto e que não precisa ter um regimento tão
30 detalhado; que a palavra exercício seja substituída por vínculo. Feitos todos os
31 esclarecimentos dos destaques da Câmara e discutidos pela plenária, a
32 presidente coloca em regime de votação: 37 votos favoráveis; aprovado o



01 parecer e que seja feita a correção dos destaques pela coordenação do
02 programa juntamente com a Câmara, acrescidos os destaques apresentados
03 pelo conselheiro Ricardo. Passa-se ao item 4.7 - Regimento das Bibliotecas. O
04 relator explica que o texto da minuta não está organizado como o constante na
05 Resolução anterior. Que não se precisa de um regimento para se virar um
06 sistema, isto é coisa implícita à gestão. A professora Vera Maquêa esclarece
07 que é preciso, como exigência legal, é necessário um técnico biblioteconomista
08 em todos os *campi*, que tem um questionamento do Ministério Público quanto a
09 esta questão. O ponto dois é que a biblioteca é utilizada apenas para estudo e
10 empréstimo de livros. Que no dia a dia se enfrentam alguns problemas por falta
11 da atualização da Resolução sobre a biblioteca. A proposta é que se fez uma
12 reunião com os biblioteconomista que a universidade tem e que se
13 apresentaram duas propostas a serem estudadas e uma delas implementada. O
14 servidor Robson explica que está desempenhando a função de responsável
15 pelos assuntos de biblioteca na universidade, que entende as limitações da
16 comissão para se propor esta minuta, porém, a Resolução anterior não
17 apresenta alguns pontos necessários hoje, que o que está previsto na
18 Resolução em sua maioria não se aplica na atualidade. Destaca dois pontos,
19 que é a formação da comissão permanente para a universidade para avaliação
20 das bibliotecas e a extinção da multa, adotando a suspensão de empréstimos de
21 livros. Assim como o termo de extravio, que não está claro na resolução anterior,
22 e, nesta, a partir de 30 (trinta) dias, já se considera extravio. Que o regimento foi
23 desenvolvido no que se está aplicando hoje nas bibliotecas da Unemat. O
24 conselheiro Claudeir faz o esclarecimento quanto à função da biblioteca que, por
25 vezes, é desconhecida pelos professores e demais. Aqui em Cáceres se tem um
26 modelo de biblioteca com sessão de mapotécnica, espaço de restauração e
27 outros espaços como os de obras raras. Neste regimento é possível se
28 normatizar alguns pontos a partir da comissão permanente, com a aprovação do
29 colegiado regional. A presidente questiona se irá abrir discussão ou se irá propor
30 outro encaminhamento. O conselheiro Alcione Lescano esclarece que a questão
31 é investimento, e não obras antigas e outros problemas; sugere que é preciso
32 criar uma comissão para fazer um levantamento da demanda da biblioteca a

Comentado [MCS1]: Falta um elemento coesivo aqui! "Foi" ou "será", de acordo com o sentido que se pretende dar!



01 partir de um pensamento técnico-científico, um valor em longo prazo. Que a
02 universidade precisa se comunicar e criar relações externas de novos
03 conhecimentos. A presidente reforça o trabalho do PEP e se isto já está sendo
04 pensado. A professora Vera Maquêa afirma que o professor Alcione Lescano
05 tem razão neste sentido, porém a proposta de atualização desta Resolução é
06 bem antiga, que existe um responsável que cuida desses pontos e que nos
07 *campi* já existe um levantamento de necessidades. O conselheiro Thiarles
08 questiona que a matrícula era feita pessoalmente a partir do “nada consta” e
09 hoje não se exige isso por ser matrícula *on line*. Apresenta a proposta que
10 quando um acadêmico pegou o livro e não devolveu, alguém fique responsável
11 por ir atrás deste acadêmico. O conselheiro Thiago questiona como um
12 acadêmico irá devolver uma obra rara no caso do extravio da mesma. Que tem
13 alguns colegas que estudam na UFMT e que lá não tem uma multa financeira, e
14 sim um múltiplo de suspensão a partir do atraso de entrega. Que não é contra a
15 punição e sugere que seja implementada uma balança digital da utilização da
16 biblioteca, inclusive, para evitar vandalismo, e que nem sempre é percebido pelo
17 técnico; com a balança de precisão de peso, tem-se uma alternativa
18 interessante. O conselheiro Luiz Jorge sugere a retirada de pauta do item para
19 que seja realizado um estudo com a criação de uma comissão. O conselheiro
20 Alcione Lescano propõe a constituição de uma comissão para um estudo integral
21 sobre as necessidades das bibliotecas. A professora Vera entende que esta
22 proposta já está contemplada nos estudos do PEP. O item de pauta fica retirado
23 com fulcro no artigo 68 do Regimento do CONSUNI para a composição da
24 comissão pela PROEG. Passa-se ao item 4.8 - Regimento da Câmara de
25 Extensão. O relator profere os destaques apresentados no relatório da Câmara.
26 O Pró-reitor de Extensão e Cultura afirma que acata as sugestões, mas muitas
27 sugestões já foram revistas no CONEPE e que já atendem os destaques
28 apresentados aqui. Que o que precisa é fazer a Câmara funcionar, que venham
29 os extensionistas para se discutir a extensão da universidade. O conselheiro
30 Marcos Borges sugere que, quando feitas as indicações, seja possível se saber
31 se foram ou não acatadas; que sejam verificadas um representante externo
32 ligado à cultura do Governo do Estado. A conselheira Marinez sugere que seja



01 um professor do ensino médio, com indicação do SINTEP. Proposta:
02 representante do conselho de cultura e representante indicado pelo SINTEP
03 para compor juntamente com representantes da Pró-reitoria. Em regime de
04 votação: 30 votos favoráveis; aprovado o regimento da Câmara. Passa-se ao
05 item 4.10 - Alteração da Lei nº 321/2008 – Alteração da nomenclatura de PTES
06 para TAES. O relator inicia esclarecendo que o indicativo é que o ponto seja
07 retirado da pauta. Que esta propositura parece estranha, visto que a carreira dos
08 profissionais da Unemat é constituída por técnicos de nível médio. Que esta
09 denominação não abrange todos os profissionais da instituição. Que esta
10 alteração de nomenclatura não implica diretamente em nada para a categoria. O
11 Pró-reitor de Administração esclarece que, quanto à alteração da nomenclatura,
12 esta não interfere diretamente na carreira, pois isto está assegurado na forma de
13 ingresso. O conselheiro Jeferson esclarece que o que está no governo é o
14 aproveitamento da contagem de tempo de serviço interino para todos os efeitos.
15 Que a proposta do governo era a de que essa questão seria resolvida para todos
16 no Estado. Que existe um parecer da SAD afirmando que em 2014 não seria
17 possível, mas que em 2015 seria possível. Que essa questão já está conversada
18 com o governo do Estado e que gostaria que se mantivesse esta proposta e que
19 juridicamente não tem implicação legal alguma. Justifica-se a partir da
20 campanha nacional para adequação da nomenclatura uma padronização
21 nacional, uma vez que todos atuam no campo administrativo. O conselheiro
22 Marcos Borges questiona se esse ponto passou pela Câmara de legislação. O
23 relator esclarece que sim, porém, com limitações para proferir parecer. O
24 conselheiro Alfredo acrescenta que não vê problema algum. O conselheiro
25 Milton Chicalé reforça que já está tramitando junto ao governo, que várias
26 universidades federais já adotaram esta nomenclatura e que o governo não
27 cobrou parecer deste conselho no processo. A presidente questiona se a matéria
28 for apreciada na próxima sessão e o Pró-reitor Danzer afirma que não há
29 comprometimento quanto a isto. O conselheiro Jeferson explica que o congresso
30 dos técnicos deliberou sobre a mudança da nomenclatura, que houve uma
31 consulta quanto à implicação legal e o governo se manifestou favorável e por
32 isso voltou para o conselho apreciar. O relator afirma que, para a Câmara, não



01 há nenhuma objeção. Em regime de votação: 31 votos favoráveis, 01 abstenção,
02 sendo que o conselheiro Luiz Carlos Pascuali registra sua abstenção: “não
03 esclarecido sobre o assunto para votar”. Fica aprovada a alteração da
04 nomenclatura. A presidente coloca em apreciação a Ata da Sessão anterior. O
05 conselheiro Reinaldo solicita que sejam incluídas as ausências injustificadas dos
06 professores Heitor Marcos Kirsch e Adailton Alves da Silva, por descumprimento
07 do artigo 12 do regimento. E que conste a posse do Professor Evaldo Ferreira e
08 ainda os registros de declaração de voto: Pauta: Criação de Curso *Ad*
09 *Referendum*: Professores Dilma L. Costa e Luiz Jorge Brasilino da Silva; Alcione
10 Lescano, Marcos Francisco Borges – “A criação de curso sem a devida
11 aprovação dos Conselhos fere o Estatuto art. 17, Resolução nº 035/2007-
12 CONSUNI, art. 5 VI, do Regimento CONSUNI. Não somos contrário a abertura
13 de curso devidamente aprovados, mas votamos contrárias as resoluções *Ad*
14 *Referendum* desta pauta que versa sobre criação de cursos em 2013 e 2014 e
15 que desde então não foram aprovados”. Reinaldo Norberto - “Voto contrário com
16 base no Estatuto art. 32 X e Resolução nº 37/2007”. Daniel Bretas: “Considero
17 que não houve o debate necessário, principalmente em razão do tempo”. Pauta:
18 Bloco I e II – Criação de Núcleos e outros - Professores Dilma L. Costa, Luiz
19 Jorge Brasilino da Silva, Alcione Lescano, Marcos Francisco Borges, Valdir
20 Silva, Solange Ikeda, Reinaldo Norberto. “Votamos contrários por não atender os
21 seguintes dispositivos: art. 17, VI do Estatuto; art. 5º, VI do Regimento”. Nada
22 mais havendo, a Presidente declarou encerrada a sessão e, eu, Silvana Mara
23 Lente, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada pelos conselheiros, segue
24 devidamente assinada.